



# Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Provedoria da

HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

Vargem Grande do Sul - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, em como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos com registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São João da Boa Vista - SP, 16 de junho de 2025.

JOSE BENEDITO PAES DE MENEZES 10735623872

PAES DE MENEZES AUDITORES ASSOCIADOS S/S JOSÉ BENEDITO PAES DE MENEZES

Contador CRC-ISP-58.194/O-0

JOSE MAURICIO WESTIN DE OLIVEIRA 87015269872

JOSÉ MAURÍCIO WESTIN DE OLIVEIRA

Contador CRC-ISP176.616/O-2

## Refis 2025 oferece parcelamento de dívidas com anistia de juros e multas até 30 de junho

Os contribuintes que estão em débito com a prefeitura ainda podem parcelar a dívida com o Programa de Refinanciamento de Dívidas (Refis) 2025 instituído pela prefeitura. O Refis oferece condições facilitadas a contribuintes com pendências financeiras junto ao município, como impostos e água atrasados. Instituído pela Lei nº 5.057, de 24 de janeiro de 2025, o programa permite

o parcelamento de débitos e juros e multas. O programa abrange pendências de impostos e multas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), TLF (Taxa de Licença e Funcionamento), além de dívidas com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAE), referentes a água atrasada, asfalto, iluminação pública, bloquetes, guias e sarjetas, limpeza de terrenos, feira livre, entre outros.

Os contribuintes podem parcelar os valores devidos em até 36 vezes, com descontos que variam de 70% a 100% sobre juros e multas. Aqueles que optarem pelo pagamento à vista garantem 100% de exclusão dessas penalida-



O prazo para adesão ao Refis vai até o dia 30 de junho

des. O prazo para adesão ao Refis vai até o dia 30 de junho de 2025.

Podem aderir ao programa tanto os contribuintes com dívidas inscritas em dívida ativa até 31 de dezembro de 2024, quanto aqueles que já tenham ações judiciais

em andamento, como execuções fiscais ou parcelamentos anteriores não quitados integralmente.

A Prefeitura ressalta que, em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado, é obrigada a encaminhar os débitos dos contribuintes

para protesto em cartório e posterior execução judicial. Esse procedimento acarreta custos adicionais e pode levar à negatificação do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa.

"O protesto em cartório além da burocracia ao contribuinte, ele gera uma taxa que deve ser paga ao cartório, caso não seja paga, o nome da pessoa fica negativado (impedido de comprar parcelado, realizar financiamentos, entre outras negociações), além de obrigar no mesmo ato a fazer o parcelamento da dívida junto a Prefeitura ou SAE", des-

tacou a administração municipal.

Os interessados devem procurar o Setor Tributário da Prefeitura, localizado no Poupatempo de Vargem Grande, na Rua Cel. Lúcio, nº 924, no Centro. A equipe está preparada para orientar e formalizar os parcelamentos dentro das condições oferecidas pelo programa.

A iniciativa visa não apenas facilitar a regularização das pendências, mas também reforçar a arrecadação municipal e evitar sanções legais tanto para o contribuinte quanto para a administração pública.

## Campanha do Agasalho 2025

20 mil peças foram arrecadadas e estão sendo distribuídas

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

CAMPANHA DO

Agasalho 2025

DIVULGAÇÃO

A campanha segue até o final de junho

A diretora do Departamento de Ação Social da Prefeitura de Vargem Grande do Sul, Eva Vilma da Silva Rodrigues comemorou o sucesso da campanha do agasalho deste ano, quando foram arrecadadas mais de 20 mil peças, que estão sendo entregues às pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente durante estes meses mais

frios do ano.

A campanha teve início no mês de maio, quando houve as primeiras reuniões para definir como seria realizado o trabalho, inclusive com representantes da EPTV, quando a presidente do Fundo Social, Eva Vilma da Silva Rodrigues, e a primeira-dama e vice-presidente da instituição, Micaela Ribeiro, ali-

nham as estratégias de divulgação para ampliar o alcance da campanha e sensibilizar a população para a causa.

As doações das roupas arrecadadas durante a campanha tiveram início na quarta-feira, dia 11 de junho e se estenderam até na sexta-feira, dia 13, no Centro de Acolhimento e Capacitação das Famílias "Sueli Gambaroto Mortais", à rua Primeiro de Maio, 359 - Centro.

Segundo informou a diretora, o Fundo Social de Solidariedade vai continuar disponibilizando as doações a quem precisa, todas as quartas-feiras, no mesmo local.

## Saúde e Atividades Físicas

PROF. DR. JOSÉ ALBERTO AGUILAR CORTEZ

Estamos nas primeiras semanas de inverno e o frio se faz sentir em nossa cidade. Época que incita muitas pessoas a conhecerem o frio das montanhas ou dos estados do sul, onde ele se apresenta mais rigoroso. Outros continuarão satisfeitos aqui, na nossa cidade, convivendo com temperaturas que embora mais frias nos últimos dias, logo vão se apresentar mais agradáveis. Trabalhando ou gozando o merecido período de repouso, aqui ou em qualquer outro lugar precisamos continuar cuidando da saúde, mantendo a forma com exercícios físicos regulares e sendo cautelosos com os perigos relacionados com a temperatura mais baixa, o ar seco e a poluição. Durante o inverno ficamos mais vulneráveis às doenças do aparelho respiratório que encontram condições mais favoráveis para se desenvolver principalmente quando fazemos exercícios físicos intensos que acabam debilitando as defesas do

organismo. Para evitá-las, sem abandonar o programa de treinamento, precisamos adotar alguns cuidados muito simples, mas indispensáveis como medidas preventivas. Qualquer sintoma de gripe serve como alerta para reduzir ou até suspender temporariamente o treinamento, é importante reservar energia para aumentar a eficiência do sistema imunológico. Dependendo das circunstâncias o repouso e a boa alimentação são as melhores opções para evitar interrupções prolongadas da atividade física em consequência de doenças. Antes das sessões de treinamento capriche no aquecimento, o ar frio da madrugada ou as mudanças bruscas de temperatura nos finais de tarde dificultam a transição do repouso para o exercício. É preferível gastar uns minutos a mais adaptando progressivamente os diferentes sistemas do corpo do que impor, logo de saída, um ritmo muito forte que sobrecarrega os músculos, as articulações



ARQUIVO GAZETA

e as vias responsáveis pela produção de energia para a manutenção do exercício. Evite caminhar ou correr em locais poluídos, nas ruas de maior movimento, onde o tráfego de veículos é intenso. Procure locais mais apropriados para respirar menos poluentes. Durante o esforço precisamos captar mais oxigênio para atender a demanda e permitir o equilíbrio que caracteriza o exercício aeróbico. Seguindo os passos do bom senso é possível atravessar o inverno trabalhando ou gozando as férias com disposição e sem percalços.



AMOR EXIGENTE

FEAE

FEDERAÇÃO DE AMOR-EXIGENTE

Reuniões as segundas-feiras, das 20h às 22h, no Centro Pastoral São Benedito Rua Prudente de Moraes, 521 - Centro